

AS COMUNIDADES INDÍGENAS DE PERNAMBUCO.

**Maria dos Milagres L. Cerqueira
Aderbal B. G. de Sá**

do Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE)

Conforme orientação traçada pelo Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE) em relação aos problemas do meio ambiente e aos aspectos da cultura do Estado, foi criado um grupo de trabalho com a finalidade de realizar um estudo sobre as comunidades indígenas de Pernambuco.

Em linhas gerais, o estudo tem como objetivos o registro da situação atual dos grupos indígenas remanescentes no Estado e a posterior elaboração de um programa de ações que possibilitem a melhoria das condições sócio-econômicas destas populações. Com a abordagem dos grupos em seu conjunto espera-se atender a uma necessidade apontada por diversas entidades ligadas à problemática indígena pois entre os poucos estudos sobre os índios de Pernambuco, apenas os Fulni-ô têm sido contemplados com análises pormenorizadas. Por sua vez, a proposta de assistência às populações é baseada na idéia de que o apoio ao índio * trará como conseqüência a sua autopreservação cultural.

O estudo apoiou-se na compreensão de que conhecer as especificidades desses grupos significava identificar a maneira como vivem os índios a partir de suas atividades econômicas, sua organização social, suas manifestações culturais, enfim, através da

* Os termos "índio", "caboclo" e "remanescente" são usados neste documentos como sinônimos, respeitando a forma como se autodenominam as populações indígenas no Estado.

análise de sua realidade cultural. Para tanto, elaborou-se uma pesquisa bibliográfica, realizaram-se contatos com entidades e pessoas de notório conhecimento da causa indígena e foi feita a localização e conhecimento prévio das comunidades, tanto do ponto de vista histórico como da sua situação atual.

Em seguida, entre março e julho de 1980, foi realizada uma seqüência de visitas às comunidades onde se contou com a colaboração dos chefes de Postos Indígenas e demais funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e principalmente das populações das aldeias, inclusive seus líderes. Os seus depoimentos, às vezes citados integralmente entre aspas, são a principal fonte de informações para o estudo, que comporta também um levantamento fotográfico dos aldeamentos. O resultado não é um diagnóstico exaustivo mas limitado principalmente pela convivência de no máximo cinco dias para cada visita. Embora tenham sido abordados os mais diversos aspectos da vida dos indígenas, este estudo tem, caráter exploratório, com amplas possibilidades de detalhamento.

Dos sete grupos indígenas identificados, apenas os Kapinawã não foram contados devido as dificuldades de acesso ao local onde vivem, Mina Grande, próximo à cidade de Buíque. Os demais grupos perfazem hoje cerca de 14 mil índios, número irrisório quando comparado às estimativas de população da área do Estado no início da colonização portuguesa. A sua situação reflete a história das comunidades do resto do País, cuja sobrevivência tem levado não só os estudiosos, mas sobretudo vários setores da sociedade brasileira a refletirem sobre a situação de um povo que, originalmente dono da terra, vem recebendo durante séculos a mais dura e cruel dominação.

O estado atual das comunidades indígenas em Pernambuco ilustra por si só, todo um capítulo da expansão colonial lusa em nosso País.

Antonil, no período colonial, Euclides da Cunha e Gilberto Freyre nos séculos XIX e XX, respectivamente, foram alguns dos estudiosos da nossa formação econômica, social e única que associaram corretamente o indígena ao próprio modo de produção, salientando as modificações resultantes dos choques, acomodações e incorporações ao contato com o colonizador europeu.

No que diz respeito às primitivas populações dos sertões, sua incorporação à vida nacional foi realizada, de maneira às vezes lenta, porém contínua, a partir dos contatos com 3 (três) elementos: o religioso (em especial, o jesuíta), o criador de gado e o bandeirante. A ação religiosa foi a mais importante no tocante à ocupação mesmo do território, apoiado numa espécie de reorganização do espaço sertanejo. Atesta isso o depoimento de Euclides da Cunha: "Todos os povoados, vilas ou cidades, que lhe animam hoje o território, têm uma origem uniforme bem destacada da dos demais que demoram ao norte e ao sul. De fato, em toda essa superfície de terras, que abusivas concessões de sesmárias subordinaram à posse de uma só família, a de Garcia de D'Ávila (Casa da Torre) acham-se povoados antiquíssimos. De Itapicuru-de-cima à Geremobobo e daí acompanhando o São Francisco até os Sertões de Rodelas e Cabrobó, avançaram logo no século XVII as missões num lento caminhar que continuaria até ao nosso tempo ... o indígena se fixava em aldeamentos que se tornariam cidades".

Este quadro acima exposto contém algumas indicações básicas para a compreensão das modificações subseqüentes na própria organização social e no relacionamento dos índios com os colonizadores.

Empurrado progressivamente para o interior, aldeado pelos religiosos, incorporado como aliado e/ou pela mestiçagem aos demais contingentes étnicos (portugueses e negros) o indígena vê-se submetido a diferentes formas e níveis de pressão conduzindo às vezes à modalidades de extermínio físico ou cultural.

No caso dos índios de Pernambuco, encontram-se remanescentes que resistiram, em maior ou menor grau, e chegaram aos nossos dias, conservando determinadas características culturais e/ou étnicas que lhes conferem uma identidade peculiar. As razões deste fenômeno no espaço pernambucano (cujos limites atuais não correspondem aos do século XIX) podem ser buscadas no binômio incorporação/resistência. Algumas das comunidades atuais correspondem a aldeamentos já existentes nos séculos XVII e XVIII e que resistiram a investidas de bandeirantes criadores de gado etc., ou descendem de remanescentes indígenas que fugindo à pressão/incorporação, buscaram pontos então inacessíveis aos invasores brancos, como a Serra Negra, o mais citado pelos índios de hoje.

Os índios de Pernambuco são parte do número aproximado de 150 grupos tribais diferenciados dispersos no território brasileiro, em intenso processo de deculturação. De uma população de 6 a 8 milhões de índios à época do descobrimento, sobrevive um número aproximado de 250 mil indivíduos em graus diferentes de contato com a sociedade nacional.

Hoje, ao avançar sobre as terras indígenas, as frentes de expansão da sociedade brasileira impõem-lhes novas relações econômicas e sociais, destruindo-lhes a autonomia política e cultural e, quando não destruindo, criando-lhes as mais diversas formas de dependência. A criação de órgãos especiais e os esforços de indigenistas comprometidos com a causa indígena não conseguiram controlar essa expansão sobre o território dos índios. De tal processo, que é a própria história da ocupação do território nordestino, resultou para os índios de Pernambuco, uma situação extremamente precária, semelhante à das demais populações dependentes do trabalho da terra, e cujos motivos devem-se buscar na própria situação econômica do Nordeste.

Entre outros agravantes, a expansão do latifúndio na região não só vem eliminando a agricultura de subsistência como também, ao exercer pressões sobre as pequenas propriedades, invade naturalmente as terras indígenas ou pressiona as populações que nelas se localizam. Como as terras indígenas têm sido historicamente consideradas pela população branca como terras devolutas, não causa surpresa o número considerável de antigos e novos posseiros nas áreas das comunidades indígenas, dando origem às mais variadas formas de conflitos.

O desaparecimento da quase totalidade dos índios nordestinos nos é explicado pelas diversas formas de alienação de terras indígenas postas em prática no Nordeste ou da resolução do Governo, em determinada época, de extinguir os aldeamentos existentes. Assim, as dezenas de aldeias conhecidas até o início do século XIX são reduzidas a apenas cerca de dez segundo levantamento de 1873. Atualmente, os grupos indígenas permanentes em Pernambuco somam apenas sete:

- FULNI-Ô : População de cerca de 3.000 índios, vivendo numa reserva de 11.000 ha, no centro da qual está a cidade de Águas Belas. A aldeia é contígua à cidade e seus habitantes conservam fortes traços culturais.
- PANKARARU : Na reserva, entre a cidade de Petrolândia e Tacaratu, vivem 3.131

índios e a aldeia principal está no Brejo dos Padres. Presença de grande número de posseiros e litígios graves em relação à posse da terra.

KAMBIWÁ : População de 518 índios vivendo numa reserva próxima à cidade de Ibimirim. Os habitantes mantêm alguns rituais, danças e cânticos.

XUCURU : População de 2.228 índios, dispersa na Serra do Ororubá, próximo à cidade de Pesqueira. Traços culturais — língua e rituais — em extinção.

ATIKUM : 2.476 índios vivem em 16 aldeias na Serra do Umá, no município de Floresta. Não falam mais o dialeto da tribo e apenas pequena parte da população se dedica a danças e outros rituais.

TRUKÁ : Cerca de 100 famílias vivem sem terra na Ilha de Assunção, no Rio São Francisco, próximo à cidade de Cabrobó. Além destes, um número não conhecido de indígenas vive disperso na região.

KAPINAWA : Cerca de 40 famílias vivem na localidade de Mina Grande no município de Buíque. No momento tentam o reconhecimento de sua identidade étnica

OS PANKARARU

Os índios Pankararu, em número de 3.131 indivíduos, vivem no município de Tacaratu numa reserva de 8.100 ha. O Brejo dos Padres é a aldeia principal, onde está localizado o maior agrupamento de população, um Posto Indígena da FUNAI, escola, igreja, cemitério e locais onde se realizam os festejos e rituais da comunidade. Assim como a Tapera, segundo localidade mais importante da reserva, o Brejo tem interesse particular pela presença de fontes d'água, pela paisagem marcada por vegetação exuberante e pela agricultura desenvolvida no local.

A economia da comunidade é fundamental na agricultura e na comercialização dos seus produtos, havendo ainda alguma atividade artesanal e de transformação. Apesar das limitações impostas pelo clima, a vocação para a atividade agrícola é explorada com empenho marcante pelos indígenas. O feijão, o milho, a mandioca e o algodão são os produtos principais, tendo ainda a fruticultura um papel importante na economia local.

A produção agrícola tem se ressentido, ultimamente, da perda de terras de melhor qualidade para posseiros, cuja presença irregular na reserva tem gerado conflitos com os indígenas. A invasão de suas terras é tida pelos Pankararu como o mais grave problema da tribo, fato que parece ter reforçado o notável espírito comunitário da população.

A situação econômica das famílias Pankararu apresenta desníveis às vezes marcantes, mas foram poucos os casos de pobreza extrema encontrados na reserva. Apesar da pobreza evidente em grande parte das moradias e das precárias condições de higiene, não foram notados problemas graves de saúde. Assistência médica razoável é oferecida pela FUNAI, que é também responsável pelo setor educacional, de bom nível no que se refere ao número de vagas, professores e instalações escolares.

As manifestações da cultura Pankararu têm sua maior expressão nos rituais, danças e folguedos herdados dos seus ancestrais, no culto paralelo da religião católica e no calendário de festejos populares de cunho religioso no mesmo estilo das populações sertanejas.

O artesanato, apesar de primoroso, é pouco expressivo tanto no volume da produção quanto na forma e nos materiais empregados.

OS XUCURU

Habitando durante mais de três séculos na Serra do Ororubá, os remanescentes Xucuru não têm hoje uma área definida pois as pequenas propriedades em que vivem se encontram junto à de outros moradores não indígenas. Tal situação, tem efeitos significativos para os caboclos, tornando-se quase impossível a vida comunitária, uma vez que a inexistência de uma reserva dificulta o contato entre os remanescentes espalhados nas 17 pequenas aldeias.

Quando o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) teve a intenção de aldeá-los foi forçado a adquirir uma área para instalação do Posto, que forma hoje a aldeia de São José, pois as terras já se encontravam todas ocupadas.

Dedicadas exclusivamente à atividade agrícola, desenvolvem uma produção basicamente para autoconsumo, tendo as hortaliças papel destacado nessa atividade. Uma pequena comercialização dos seus produtos é feita na feira de Pesqueira, local onde também adquirem outras mercadorias indispensáveis à sua subsistência. O transporte se faz em caminhonetes alugadas ou no lombo dos animais.

Trata-se enfim de uma população carente, com problemas inclusive relacionados com as precárias condições de habitação e saúde, que enfrenta dificuldades para manter sua atividade econômica. O nível de instrução da população é baixo, sendo a maioria dos adultos analfabetos. A FUNAI oferece apenas ensino de 1.ª a 4.ª séries. Os problemas de saúde são atendidos na enfermaria do Posto e os casos mais graves são transferidos para Pesqueira e Recife. O Posto não dispõe no entanto de recursos suficientes para atender mais efetivamente às necessidades dos caboclos.

A unidade do grupo parece enfraquecida. Já não se observam traços significativos da cultura. Cultivam ainda as danças do toré, principalmente os mais velhos, mas a língua ancestral é falada por poucos caboclos.

Segundo o cacique, um grande defensor dos costumes da tribo, "ainda existem caboclos puros, arredios ao contato com o civilizado, vivendo no alto das serras".

OS FULNI-Ô

Os 3.000 índios Fulni-ô vivem numa reserva de 11.000 ha, no centro da qual está a cidade de Águas Belas. A aldeia é contígua à cidade e seus habitantes vivem em contacto permanente com as populações não indígenas.

A economia da comunidade Fulni-ô depende quase que exclusivamente da terra. Além de uma agricultura de subsistência, auferem renda significativa com o arrendamento da terra, pois grande parte dos lotes pertencentes às famílias se acham arrendados a civilizados e a outros índios da mesma comunidade.

A repartição da terra é atualmente desigual, em decorrência do sistema de he-

rança das propriedades nas diversas famílias. A simples passagem da posse do lote de pai para filho gerou a existência, hoje, de índios sem terra, e de outros com vários lotes.

Além do arrendamento e da atividade agrícola, os caboclos desempenham uma série de outras atividades de baixa renda. Entre estas se destacam o artesanato que, embora não tenha sido possível uma avaliação do valor da produção, a importância desta atividade se faz sentir, pelo número considerável de pessoas que a ela se dedica.

A comercialização desses produtos é realizada na feira de Águas Belas ou nas habitações dos próprios índios.

A condição geral de vida dos indígenas não foge à regra das demais populações pobres da região, agravada pelos problemas de saúde, o baixo nível de instrução e as precárias condições de habitação.

No entanto, como a partilha da terra é desigual, tanto no número de lotes por família, como na qualidade, concluiu-se que há um desnível de renda entre as famílias, fato que se torna evidente quando se observa a qualidade das habitações e a disponibilidade de utensílios domésticos como móveis, televisão, etc.

Dos traços culturais, apesar de se caracterizar como uma comunidade urbana e portanto mais vulnerável à perda dos traços de sua cultura, os Fulni-ô surpreendem exatamente pela manutenção de elementos importantes do patrimônio da tribo.

Além da forte convicção de serem índios, mantêm o yathê como língua falada. Sendo bilíngues reservam o idioma português para a comunicação com os brancos. Mantêm-se, também, fiéis ao culto do Juazeiro Sagrado e toda a comunidade se desloca para o povoado chamado Ouricuri, onde permanecem de setembro a dezembro, época da realização do ritual, inclusive índios que se encontram muito distantes da aldeia.

As vestimentas dos rituais e os instrumentos musicais aparecem sob uma forma de artesanato de uso exclusivo dos indígenas, ao contrário dos objetos artesanais produzidos para comercialização.

OS KAMBIWÁ

Uma visão sumária da comunidade Kambiwá permite observar que se trata de uma das populações indígenas mais carentes do Estado, sendo difícil perceber quais as estratégias de sobrevivência utilizadas, principalmente nos períodos de seca prolongada. Malgrado essas dificuldades, cerca de 500 índios caracterizam-se pela preservação de antigos traços culturais, associados a um forte espírito de identificação com suas origens étnicas.

Aldeados pela FUNAI, tiveram em 1971 suas terras demarcadas, condição esta que não é observada, ainda hoje, na maioria das comunidades indígenas de Pernambuco.

Dedicados à atividade agrícola, os caboclos enfrentam uma série de dificuldades, não só relacionadas com a qualidade do solo da reserva, onde predomina a areia, e a formiga é abundante, como também da falta d'água, principalmente na época da seca. Toda a comunidade depende exclusivamente de uma única fonte de abastecimento — um poço artesiano com 180 metros de profundidade.

O nível de instrução da população é baixo. A maioria dos adultos é analfabeta; a FUNAI oferece às crianças ensino da 1.ª a 4.ª séries, além de algumas bolsas para aqueles que querem concluir o curso de 1.º grau, na vizinha cidade de Ibimirim.

O nível das habitações é dos mais pobres encontrados na região. A saúde da população se caracteriza por sintomas típicos de desnutrição e falta de higiene.

Apesar dessa situação tão precária, observa-se o fato atenuante de não se encontrarem posseiros dentro da reserva, como acontece com os Pankararu.

Sem estrutura de comercialização, apenas alguns índios produzem algum artesanato. A matéria-prima básica é a fibra de caroa, muito adequada ao trançado com que fazem diversos tipos de bolsas. Os Kambiwá mantêm alguns rituais e, nestas ocasiões, ostentam vestes também tecidas com o mesmo material.

OS TRUKÁ

As referências históricas mais antigas encontradas pelos pesquisadores citam o aldeamento da Ilha de Assunção como um dos mais importantes fundados por missionários católicos em Pernambuco. Entretanto, segundo o Relatório sobre os aldeamentos de índios na Província de Pernambuco, elaborado pelo Governo Provincial e publicado em 1873, os terrenos da aldeia foram completamente usurpados por autoridades locais, passando seus ocupantes a sobreviver aos bandos na região. Os Truká localizados hoje na Ilha de Assunção, são remanescentes daquela tribo.

A comunidade vive atualmente em terras legalmente pertencentes ao Estado de Pernambuco e em permanente conflito com o seu usuário, a Companhia de Sementes e Mudanças de Pernambuco — SEMEMPE. Sem direito ao uso da terra, a população desenvolve uma agricultura que possibilita apenas um nível de vida extremamente pobre, valendo-se a comunidade de biscates e do trabalho braçal alugado nas propriedades das redondezas para sobreviver.

A inexistência de um Posto Indígena da FUNAI torna mais grave a situação dos Truká. Eles não dispõem de assistência médica, escolas ou qualquer outro meio para promover o nível de desenvolvimento da tribo.

As manifestações culturais se restringem à dança do Toré e vestígios do dialeto da tribo, não existindo qualquer atividade artesanal que se possa associar à antiga cultura do Aldeamento da Ilha de Assunção.

OS ATIKUM

Aldeados na Serra do Umá os Atikum se dedicam exclusivamente à atividade agrícola. Graças à localização privilegiada de suas terras, onde se encontram freqüentes reservas d'água, abastecem as cidades vizinhas de Floresta e Carnaúbeira com seus produtos hortifrutigranjeiros.

Cultivam o feijão, o milho, a mamona e fruticultura variada, onde a banana tem papel destacado.

Considerados pequenos produtores exercem, no entanto, uma atividade comercial razoável, sendo a maior parte da colheita vendida diretamente aos compradores que vêm até a Serra ou colocada nas feiras semanais das cidades próximas.

A comunidade se acha distribuída nas diversas aldeias existentes na reserva e apresentam situações econômicas diferenciadas.

A população da aldeia do Olho D'Água dos Padres é a que aparenta melhores condições de vida e maior dinamismo na atividade agrícola.

Observando-se, no entanto, as condições gerais das aldeias, elas não diferem muito das demais populações indígenas como pode ser constatado através de indicadores de saúde, de instrução, e da situação das habitações dos caboclos. As habitações se caracterizam pela predominância das casas de taipa e pela sua má conservação, sendo os mobiliários e utensílios domésticos despojados e reduzidos.

Em relação à educação se destaca nesta comunidade o pouco interesse despertado pela escola, a reduzida frequência das crianças à aula e a significativa evasão escolar. O ensino oferecido pela FUNAI da 1.ª à 4.ª séries está a requerer uma readaptação às necessidades da comunidade.

Os problemas de saúde estão ligados diretamente à carência alimentar e aos problemas da higiene, principalmente nos núcleos onde a carência d'água é muito grande, como nas aldeias de São José e do Jatobá.

Os caboclos já não conservam traços culturais tão evidentes. Dançam ainda o toré, pelo menos uma vez por semana, principalmente por iniciativa dos mais velhos. Conservam também as tradicionais figuras do Pajé e do Cacique, no entanto, estas não parecem exercer uma forma mais efetiva de autoridade e liderança.

Percebe-se, no entanto, um clima aparente de desagregação da comunidade, onde muitas aldeias celebram suas festas e rituais em separado.

Como suas terras ainda não foram demarcadas, parece imprescindível que esta definição seja providenciada a curto prazo, a fim de garantir à comunidade os seus limites atuais e evitar, no futuro, a presença de pessoas estranhas e posseiros nas aldeias.

* * *

O levantamento realizado permitiu a identificação de sete comunidades que após terem passado por uma série de compulsões ecológicas e culturais, de forma surpreendente chegaram aos nossos dias. São grupos étnicos diferenciados sobretudo pela sua auto-identificação como indígenas e por serem assim considerados pelas populações nordestinas com quem convivem e com os quais, sob vários aspectos, também se identificam.

Pouco se diferenciam um dos outros, racial e culturalmente; hoje, com exceção dos Fulni-ô, nenhum dos grupos conserva o idioma tribal e, vistos em conjunto, poucos são os que apresentam traços somáticos nitidamente indígenas. Da língua falada pelos seus ancestrais sobrevive um pequeno vocabulário e expressões usadas em cerimoniais; na aparência física, muitos deles perderam a identidade pela forte miscigenação com brancos e especialmente negros.

Vivem próximos às cidades que cresceram em seus aldeamentos originais, delas dependem para a compra de quase tudo que necessitam e comercializam com as populações vizinhas a sua produção agrícola. As suas moradias são semelhantes às

de quaisquer outros sertanejos. O ensino oferecido aos seus filhos nas escolas da FUNAI é regido pelo mesmo currículo criado para os brancos. Vestem-se também do mesmo modo e usam nossos utensílios e a nossa medicina.

São índios aculturados, mas mantendo a sua sociedade à parte e, como bem expressa Darcy Ribeiro em "Os Índios e a Civilização", "guardam a firme convicção de serem índios e um grau mais elevado de solidariedade grupal, fundamentado na idéia de uma origem, uma natureza e de uma destinação comuns que os distingue como povo. Embora convivendo com as populações sertanejas vizinhas, delas estão separadas pela mais viva animosidade ou pelo desprezo mais profundo. Malgrado as condições de penúria e de opressão e, provavelmente por causa delas, esses resíduos de população indígena continuam identificando-se como índios, mesmo depois de esquecerem a língua tribal e a maior parte da cultura antiga".

Os traços culturais ainda encontrados entre os índios de Pernambuco revelam essa força e determinação na sobrevivência de elementos significativos como a língua falada pelos Fulni-ô, cerimoniais religiosos e sobretudo na sua ligação à terra não apenas como meio de subsistência mas como ponto de referência ao seu passado.

Entre as manifestações de maior relevância estão os rituais do Ouricuri celebrados pelos índios Fulni-ô de Águas Belas. Durante três meses todos se retiram para o local sagrado, repelem a presença de estranhos ao grupo e quando inquiridos quase nada revelam sobre o cerimonial. Os Fulni-ô, entre todas as tribos mais estreitamente ligadas aos brancos, surpreendentemente são os únicos a manterem o idioma tradicional como língua falada. O uso do Yathê é corrente entre os membros da comunidade, reservando-se o português mais para o contato com os convidados. Nas outras comunidades, restam apenas vestígios do idioma antigo, usado principalmente pelos mais velhos ou nos cânticos que acompanham o Toré.

O Toré, dança encontrada em todas as comunidades, exerce um papel significativo não apenas como divertimento, mas também na transmissão de traços da cultura como a língua falada pelos antepassados e episódios da história das tribos, em geral fatos ligados à luta pela defesa da terra, narrados nos versos cantados. A dança, que tem formas variadas entre as diversas comunidades, é motivo para a reunião de homens, mulheres e crianças de cada tribo, uma ou duas vezes por semana. Aos mais velhos, especialmente ao cacique ou pajé, cabe o papel de "guia" ou condutor para as evoluções do grupo e dos versos entoados. Vestindo as "fardas" de caroá ou de palha de milho, acompanhados pelo som de maracás e sempre fazendo uso de fumo em cachimbos, muitas vezes atravessam as noites dançando.

Os Pankararu celebram um número maior de festejos da tradição exclusivamente indígena, reflexo talvez do forte sentimento de unidade grupal detectado na reserva. Por outro lado, os Índios Xucuru, vivendo em pequenas aldeias isoladas e desagregados, enquanto grupo de mesma origem, tem a sua única celebração associada à festa de Nossa Senhora da Montanha, padroeira de Cimbres. Fato semelhante ocorre entre os Atikum, habitantes de uma extensa reserva onde não existem hostilidades nem proximidade com brancos mas na qual os índios estão dispersos em várias localidades entre si. Os seus rituais não têm a participação da maioria da população e o local destinado a cerimônias reservadas está em quase abandono.

Todas as comunidades, entretanto, revelam efeitos do sincretismo religioso in-

dígena-cristão nas suas diversas formas de celebrações, tendo sido observado apenas na comunidade Atikum vestígios da cultura negra no lugar reservado ao ritual.

As tradicionais figuras do Cacique e do Pajé ainda sobrevivem em todos os grupos. No entanto, a autoridade destes chefes naturais ao que tudo indica, foi progressivamente enfraquecida pela presença da FUNAI. Atualmente, as autoridades tradicionais são menos importantes que o Chefe do Posto de cada comunidade e a sua atuação se restringe aos cerimoniais ou ao papel de porta-vozes das comunidades.

A população indígena em estudo sobrevive quase que exclusivamente da agricultura e o conhecimento das suas condições de trabalho é encarado portanto como essencial para uma avaliação da sua situação atual e também como suporte para possíveis interferências que, ao promoverem sua economia, assegurem a sobrevivência da sua cultura.

Este estudo possibilitou a identificação de duas ordens de fatores que mais diretamente intervêm no desempenho das atividades agrícolas. De um lado colocam-se aquelas consideradas impeditivas da melhoria dos níveis de produção e produtividade. Já por outro lado, caracterizam-se aqueles fatores que poderão viabilizar no futuro melhores resultados à atividade rural. Na primeira ordem de fatores, isto é, aquelas vistas como impeditivas, situa-se, principalmente, a aridez do meio ambiente. Todas as comunidades estão localizadas nos limites do polígono das secas e a atividade agrícola é portanto condicionada pelo regime das chuvas e pelas secas periódicas que atingem o Nordeste.

Certas condições locais, entretanto, conferem a algumas comunidades uma certa diversificação e melhor produtividade na atividade agrícola. Estas condições estão diretamente ligadas à terra utilizada, seja do ponto de vista da extensão, da qualidade ou da existência de mananciais d'água que possibilitam o trabalho nas épocas mais adversas à agricultura.

Estes condicionantes respondem por variações que vão desde o bom desempenho da agricultura entre os Atikum mesmo em período de estio, à fertilidade perene de pequenos vales na reserva Pankararu até a aridez completa na reserva Kambiwá,ilhada em plena caatinga e dependendo, homens e animais, de um único e precário poço artesiano.

Os índios Xucuru habitam uma região de terras ricas e com cursos d'água que permitem a horticultura durante todo o ano. Entretanto, das terras originalmente ocupadas por seus ancestrais quase nada restou, vivendo a comunidade em pequenas porções de terras isoladas que resistiram à usurpação dos brancos e que nem sempre são favorecidas pelas inúmeras fontes da Serra do Ororubá. Aos Truká, paradoxalmente ilhados no Rio São Francisco, falta o direito ao uso de qualquer extensão de terras e os roçados mínimos desenvolvidos têm contra si, além das condições climáticas, a atitude hostil dos usuários legais da terra.

Os Fulni-ô são os menos dependentes do trabalho agrícola desde que o arrendamento de suas terras assegura a renda da maioria das famílias. A presença de arrendatários por outro lado privou-os do uso das melhores porções de terra e as áreas restantes permitem apenas culturas sazonais extremamente prejudicadas pelo clima.

Consideradas estas restrições, cabe salientar que a mão-de-obra, em sua quase

totalidade, emprega uma tecnologia muito rudimentar e se organiza para o trabalho agrícola segundo usos tradicionais dominantes no meio rural nordestino. Apenas entre os Atikum foram encontrados alguns agricultores fazendo uso de instrumentos de trabalho moderno, no caso, um trator alugado para lavrar a terra, arados e plantadeiras de propriedade do Posto da FUNAI. Embora seja um caso isolado, a produtividade alcançada demonstra a carência geral de assistência técnica e a necessidade da introdução de implementos agrícolas conhecidos pelos indígenas mas não utilizados principalmente pela falta de capital.

Segundo depoimentos colhidos em todas as aldeias, a assistência prestada pela FUNAI se restringe à distribuição de uma quantidade ínfima de sementes e de instrumentos tradicionais de trabalho que não raramente se tornam inúteis pela ausência de chuvas. Em localidades onde as condições do clima são menos restritivas, muitos agricultores vêm a impossibilidade de acesso ao sistema creditício (por serem índios, tutelados) como um entrave ao desempenho do setor agrícola. Pelo menos numa das comunidades, alguns índios, através de parceria com civilizados, vêm se utilizando de crédito bancário para o plantio em escala considerável.

No geral, entretanto, a pequena produção e o conseqüente baixo poder aquisitivo escravizam os agricultores ao ciclo "plantar para comer e vender se sobrar", obrigando-os a atividades complementares que vão desde a caça ao trabalho alugado, a biscates nas cidades próximas e à produção artesanal.

Esta última atividade, geralmente associada a culturas indígenas, tem alguma expressão econômica apenas entre os Fulni-ô, talvez pela maior disponibilidade de tempo face a menor dedicação à agricultura e à acessibilidade ao mercado consumidor do Recife. Nas demais comunidades, isoladas e sem estrutura de comercialização, apenas alguns índios Pankararu e Kambiwá dedicam-se ao trabalho artesanal.

Entre os fatores considerados como possível viabilizadores da melhoria da qualidade da vida dos indígenas, destacam-se o apego à terra e a qualidade das relações sociais.

A consciência da importância da terra como fator imprescindível para assegurar a sobrevivência naturalmente forte em qualquer população rural. Entre os indígenas, cuja história é basicamente associada à perda do seu habitat natural, esta consciência é basicamente mais forte, permeada de sentimentos místicos e da certeza de que a posse da terra, além de suporte para atividades produtivas, é condição indispensável para a sua sobrevivência enquanto grupos étnicos diferenciados. Este é certamente o fato mais comum a todas as comunidades, inclusive entre a população jovem. Apesar da adoção de usos e costumes dos brancos e de complementos expostos aos apelos da sociedade situada além das suas fronteiras e dela participando, não se nota nessas populações o desejo de vinculações permanentes com o modo de vida urbano.

Entre todos, jovens e velhos, existe basicamente o desejo de melhores condições de vida sem que isto implique no abandono da terra. Eles identificam medidas que possibilitariam melhoria na produção agrícola — assistência técnica, melhores instrumentos de trabalho, uso de fertilizantes, crédito bancário e especialmente água — mas acima de tudo insistem na solução dos problemas ligados à posse da terra como o fator mais importante para a sua sobrevivência. Esta consciência responde pela qualidade das relações sociais encontradas nas comunidades, coesas em oposição às hostilidades constantes das populações brancas que atingem mesmo as comunidades cujas

terras são demarcadas, no caso, os Pankararu e os Fulni-ô. Estas são atingidas pela existência de populações brancas em suas terras enquanto as outras sobrevivem apesar da inexistência de reservas (Índios Truká, Xucuru e Kapinawá) ou da não demarcação de áreas já reconhecidas pela FUNAI como de seu uso exclusivo (índios Atikum).

* * *

A realização deste estudo possibilitou o conhecimento não apenas dos problemas sócio-econômicos e culturais das comunidades como também a sua completa e exclusiva dependência da FUNAI. Excetuando-se uma pequena cooperação de algumas prefeituras locais no setor educacional, nenhuma outra fonte de assistência existe ou tem sido utilizada para sanar os vários e complexos problemas que afligem os índios.

Por outro lado, os esforços para atender as comunidades, não se têm mostrado suficientes para possibilitar uma modificação sensível no nível de vida das populações indígenas.

O empenho do Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco — CONDEPE ao promover este estudo deu oportunidade também à identificação de um crescente interesse pela problemática indígena por parte de algumas entidades no Estado, interesse este revitalizado pelos contatos mantidos durante a elaboração deste trabalho.

Diante destas constatações e tendo em vista os propósitos deste estudo, sugere-se que um esforço de cooperação seja desenvolvido entre o Governo do Estado de Pernambuco, a FUNAI e a Universidade Federal de Pernambuco.

O Governo do Estado, através dos seus diversos órgãos e programas especiais de planejamento poderá interferir na dinamização da economia das comunidades indígenas através da solução dos problemas mais diretamente ligados ao apoio às atividades agrícolas, à oferta de infra-estrutura física, como estradas vicinais, eletrificação rural e água, e na ampliação dos serviços de infra-estrutura social, isto é, nos campos da saúde e da educação.

Associados aos problemas de ordem econômica, a preservação e a revitalização dos aspectos culturais indígenas, constituem-se elementos imprescindíveis na sobrevivência dessas comunidades. Neste campo, será de suma importância a contribuição da Universidade Federal de Pernambuco através do Núcleo de Estudos Indigenistas do Departamento de Letras e do Departamento de História, no sentido de se promoverem estudos e pesquisas voltados para a reconstituição dos costumes, da língua e da história dessas populações.

Não menos importantes que os aspectos sócio-econômicos e culturais, os problemas ligados à posse da terra têm caráter especial, sendo a sua solução da alçada exclusiva da FUNAI e portanto independente da atuação das duas entidades acima citadas.

Vale salientar que estas proposições estão fundamentadas na idéia de que a posse efetiva da terra é condição indispensável e urgente para que sejam alcançados os propósitos que nortearam este trabalho.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Paulo Marques. Campesinato indígena no Nordeste brasileiro s.n.t.

- Índios camponeses (os Potiguara da Baía da Traição). Revista do Museu Paulista, São Paulo, 19:7-96, 1970/71.
- BAER, Felicitas. Danças do Brasil. Rio de Janeiro, Tupy, 1958, 171p.
- BARBALHO, Nelson. Caboclos do século XVII. In: Caboclos do urubá. Recife, Centro de Estudos de História Municipal, 1977. Cap. 13 (Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 2).
- CARELLI, Vicent & SEVERIANO, Milton. Mão branca contra o povo cinza; vamos matar este índio? Goiânia, Brasil Debates, 1980, 24p.
- CARVALHO, Edgar de Assis. Alternativas dos vencidos; índios Terena no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973.
- O CLAMOR dos índios. Cadernos do CEAS, Salvador (44): 26-37, jul./ago. 1976.
- COSTA JÚNIOR, Olympio. Exintos aldeamentos de índios de Pernambuco. Revista do Norte, Recife (1) abr. 1942.
- DAVIS, Shelton. Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- XIII ASSEMBLÉIA indígena. Boletim do CIMI, Brasília, 9 (63): 6-63, abr. 1980. Caderno 3.
- FERRAZ, Álvaro. Floresta. Memórias numa cidade sertaneja no seu cinquentenário. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1957.
- FIGUEIREDO, Rosa Maria Albuquerque. A ação indigenista no Brasil. Recife, Instituto de Ciências Políticas e Sociais, 1972. Monografia apresentada por ocasião da conclusão do Curso de Sociologia e Política.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. 14 ed. Recife, Imprensa Oficial, 1966. Tomo 1.
- FUNAI dez anos de política indigenista unificada. Interior, Brasília, 3 (21): 69-72, nov./dez. 1977.
- GONÇALVES, Reginaldo José. Terras demarcadas no papel; índios marcados por velhos problemas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 fev. 1980.
- GOUVEIA, Graça. Índios e brancos: uma luta que dura quatro séculos. Diário de Pernambuco, Recife, 19 abr. 1979. Viver p. 1.
- HALFPAP, Luis Carlos & FONTANA, Remy. Direito ideologia e comunidades indígenas; estudo de um caso. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 12: 115-28, jun. 1979.
- HERN, Cecília Maria. Os heróis do massacre. Referência em Planejamento, Curitiba, jan./mar. 1976.
- MELATTI, Delvair Montagner. Aspectos da organização social dos Kaingáng paulista. Brasília, FUNAI, 1976. 176 p.
- MELATTI, Júlio Cezar. Índios e criadores a situação dos Krakó na área pastoral do Tocantins. Be'lo Horizonte, Instituto de Ciências Sociais, 1967. 166 p.

- MELLO NETO, José Antonio Gonsalves de. Tempo dos flamengos. 2 ed. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Do índio ao bugre; o processo de assimilação dos Terena. 2 ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. 152 p. (Coleção Ciências Sociais).
 O índio e o mundo dos brancos. São Paulo, Livraria Pioneira, 1972.
- POLÍTICA indigenista. Brasília, Secretaria de Comunicação Social, 1980. 20 p. (Série Documentos Sociais).
- RECIFE. Biblioteca Pública. Sesmarias. Recife, 1954. (Documentação Histórica Pernambucana, v. 1).
- REGISTRO de terras públicas — RDM 18, 1858-1890 (catálogo). 18 códices. Documentos existentes na Biblioteca do Arquivo Público do Estado de Pernambuco, na seção "Diretoria de Índios".
- RELATÓRIO sobre os aldeamentos de índios na província de Pernambuco. Diário de Pernambuco, Recife, 4 abr. 1973. p. 8.
- RIBEIRO, Darcy. Ensaio insólito. Porto Alegre, LPM ed. 1979, 26 1 p.
 Os índios e a civilização. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 1979.
- SANTOS, Luiz Cristóvão. Caminhos do sertão; crônicas. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- SEGER, Anthony & CASTRO, Eduardo Viveiros de. Terras e territórios indígenas no Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 12: 101-14, jun. 1979.
- SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil 1500/1820, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1977.
- UMUSIM PANLÔN KUMU & TOLAMAN KENHÍRI. Antes o mundo não existia. São Paulo, Cultura, 1980.
- VIANNA, Mabel de Cerqueira. Aspectos sócio-econômicos e sanitários dos Fulni-ô de Águas Belas — Pernambuco. Recife, SUDENE — Dept.º de Recursos Humanos, 1966. 50 p. (Série Pesquisa Social).

